

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

reflexão

educação

impacto

ensino

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mostrar o mundo

contexto

educacional

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educa

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento



EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática.
Volume II

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática. Volume II
/ Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia
Cristiane Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0463-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637221508>

1. Educação. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora).
II. Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III.
Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

O segundo volume de “Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática”, organizado por Anaísa Alves de Moura e Márcia Cristiane Ferreira Mendes continua com sua principal característica pedagógica, já presente no primeiro volume, que é a provocação sobre as questões educacionais contemporâneas. Tal intenção, ganha novos ares, inclusive, nas clássicas discussões sobre interdisciplinaridade, tema este que tem aparecido na agenda educacional nacional e internacional de forma intensa desde a década de 1990. Se, à época, o foco de discussão da interdisciplinaridade era a organização do currículo e as dimensões pedagógicas do ensinar e do aprender, podemos dizer que hoje aparecem ainda outras virtudes para se pensar a educação a partir desse paradigma. A primeira virtude tem a ver com a necessidade de compreensão dos problemas educacionais, sob uma perspectiva social. Compreender os problemas numa sociedade complexa e contraditória como a nossa, requer um esforço sociológico, uma espécie de imaginação sociológica para compreender como a educação dialoga com tantas demandas e esforços. Obviamente, quando falo do esforço sociológico não me refiro à disciplina “Sociologia”, mas a uma espécie de abordagem de compreensão da dimensão social da educação, que necessariamente requer um diálogo entre campos de saberes distintos, que devem - justamente pelo próprio sentido do termo dialogar - reconhecer suas diferenças e buscar consensos analíticos. Sim, é importante ressaltar que a educação é também uma espécie de busca de consensos em meio à diversidade - seja ela epistemológica, social ou política. Nesse sentido, a busca pela análise interdisciplinar da educação não parece ser apenas uma escolha de quem analisa (a educadora ou o educador), mas uma necessidade social (ou até mesmo um “fato social”, como tão bem gostava de defender Émile Durkheim) dada por um mundo difícil de entender, e que não pode ser resumido a apenas uma face de compreensão.

O outro ponto, ou a segunda virtude, tem a ver com os temas clássicos de tratamento do debate interdisciplinar, ou seja, aquilo que em geral nós atribuímos como objeto central da Pedagogia. Nesse escopo caberiam as discussões sobre currículo, sobre as estratégias de didáticas, as formas de compreensão das relações entre estudantes, docentes e comunidade escolar e, por fim, as discussões ligadas à aprendizagem. Nesse campo, o livro organizado por Anaísa Moura e Márcia Mendes, também traz um leque amplo de desafios, de práticas educativas e de abordagens de compreensão. Há que se destacar que a atualização do campo interdisciplinar também nos desafia a perceber certas nuances, certas características do tempo presente. Este campo, portanto, requer reinvenção interpretativa, sempre motivado pelo desafio social da prática educativa, que revela sua dimensão contraditória, criativa e desafiadora. Entendo que as leitoras e os leitores deste livro, em seu segundo volume, encontrarão não só exemplos, mas, sobretudo, tentativas

enriquecedoras de interpretação interdisciplinar dos fenômenos educacionais apresentados por autoras e autores representantes das mais variadas abordagens epistemológicas.

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO PARA A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE LIBRAS

Alano de Moraes Correia

Flávio Pimentel Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215081>

CAPÍTULO 2..... 15

A ETNOGRAFIA EM CIBERESPAÇO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR ALUNOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Carlos da Silva Cirino

Giovanna Barroca de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215082>

CAPÍTULO 3..... 28

A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NO APRENDIZADO EM DIFERENTES ETAPAS DA EDUCAÇÃO

Evaneide Dourado Martins

Lais Maria Pinheiro Madeira

Joselena Lira de Albuquerque

Adriana Pinto Martins

Katiane Carlos Cavalcante

Ricélia de Moraes Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215083>

CAPÍTULO 4..... 40

ABORDAGEM GRUPAL COM MULHERES: DIÁLOGOS POR MEIO DO CÍRCULO DE CULTURA

Sanayla Maria Albuquerque Queiroz

Viviane Oliveira Mendes Cavalcante

Silvinha de Sousa Vasconcelos Costa

Thatianna Silveira Dourado

Francisco Freitas Gurgel Júnior

Alessandra Ponte de Queiroz Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANATOMIA HUMANA E O ACESSO À COMUNIDADE ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO ANATOFERA

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Raiara Bezerra da Silva

José Otacílio Silveira Neto

Francisca Ariadina Anário dos Santos

Yllan Carlos da Silva Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215085>

CAPÍTULO 6..... 63

CONSULTORIA EM LACTAÇÃO NOS CUIDADOS DAS INTERCORRÊNCIAS NA AMAMENTAÇÃO

Lucicarla Soares da Silva Mendes
Rafaelli Dayse Meneses Moreno
Samara Janielle Alves Morais Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215086>

CAPÍTULO 7..... 74

DESAFIOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Juliana Magalhães Linhares
Antonio Diego Dantas Cavalcante
Aline Alves Siridó
Thiago Mena Barreto Viana
Nayara Machado Melo
Amaury Floriano Portugal Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215087>

CAPÍTULO 8..... 86

DISCURSOS QUE SILENCIAM E CONSTITUEM-SE ENQUANTO SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Michele Christiane Alves de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215088>

CAPÍTULO 9..... 99

EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA: A GESTÃO ESCOLAR E O ENSINO REMOTO NUMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA (2020-2021)

Tatiana de Medeiros Santos
Ascenilma Alencar Cardoso Marinho
Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley
Francineide Rodrigues Passos Rocha
Fabiana de Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215089>

CAPÍTULO 10..... 113

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Teresa Helena Carlos Alves
Raila Souto Pinto Menezes
Francisco Freitas Gurgel Junior
Idia Nara de Sousa Veras
Francisca Júlia dos Santos Sousa
Karen Sabóia Aragão e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150810>

CAPÍTULO 11..... 123

ENSINO DA GESTÃO EM SAÚDE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ENFERMAGEM

Inês Élide Aguiar Bezerra
Maria Eliane Ramos
Manoelise Linhares Ferreira Gomes
Natália Iara Rodrigues de Araújo
Tâmia Queiroz Lira
Liana Alcântara de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150811>

CAPÍTULO 12..... 135

ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Tatiana de Medeiros Santos
Fabiana Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150812>

CAPÍTULO 13..... 148

ESTRATÉGIAS DE COMPREENSÃO DE LEITURA

Adriana Pinto Martins
Evaneide Dourado Martins
Márvilla Pinto Martins
Jucelaine Zamboni
Morgana Emny Silva Rocha
Brenda Amanda Reinaldo de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150813>

CAPÍTULO 14..... 160

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Cláudia dos Santos Costa
Elane Maria Beserra Mendes
Emanuela Guimarães Barbosa
Fabiano Ribeiro Magalhães
Regina Maria Aguiar Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150814>

CAPÍTULO 15..... 172

GESTÃO ESCOLAR E OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Evânia Rocha de Oliveira
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Anaísa Alves de Moura
Maria da Paz Arruda Aragão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150815>

CAPÍTULO 16..... 184

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: COLÔNIA E IMPÉRIO

Luciana de Moura Ferreira

Eliza Angélica Rodrigues Ponte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150816>

CAPÍTULO 17..... 192

O LUGAR DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS E TOMADAS DE DECISÃO NUMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Dayselane Eduardo Bianchini

Jucilene Pimentel Moreira Brandenburg

Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150817>

CAPÍTULO 18..... 204

O PRINCÍPIO EDUCATIVO E A PRÁTICA DOCENTE

Brenda Barbosa de Sales

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Maria Aparecida Alves da Costa

Francinalda Machado Stascxak

Limária de Araújo Mouta

Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150818>

CAPÍTULO 19..... 215

O PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DESAFIOS ATUAIS

Sílvia de Sousa Azevedo

Marcelo Franco e Souza

Maria Aparecida de Paulo Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150819>

CAPÍTULO 20..... 226

PERCEÇÃO DOCENTE SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MANUEL JAIME NEVES OSTERNO

Luciana de Moura Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150820>

CAPÍTULO 21..... 236

PRÁTICAS INTERVENCIONISTAS PSICOEMOCIONAIS COM PAIS DE RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

Tamara Cosme Rodrigues Ferreira

Keila Maria Carvalho Martins

Jorge Luís Pereira Cavalcante

Francisco Leonardo Teixeira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150821>

CAPÍTULO 22.....	250
QUALIDADE DE VIDA SOB A PERCEPÇÃO DO IDOSO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Loide Cardoso Farias	
Inês Élda Aguiar Bezerra	
Nátilla Azevedo Aguiar Ribeiro	
Martinilsa Rodrigues Araújo	
Héryca Laiz Linhares Balica	
Antonia Abigail do Nascimento Cavalcante	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150822	
CAPÍTULO 23.....	261
RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PRÁTICAS PARENTAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES	
Germana Albuquerque Torres	
Ana Isabelle Carlos Barbosa	
Ana Ramyres Andrade Araújo	
Marcio Silva Gondim	
Silvia de Sousa Azevedo	
Thamyles de Sousa e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150823	
CAPÍTULO 24.....	273
RESSOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM EM CÁRCERE: A PRÁTICA DO FUTEBOL E SUAS REPERCUSSÕES NA AGRESSÃO FÍSICA E AGRESSÃO VERBAL	
Vanessa Mesquita Ramos	
Adilio Moreira de Moraes	
Berla Moreira de Moraes	
Betânea Moreira de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150824	
CAPÍTULO 25.....	284
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO-TEA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA A PARTIR DE UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO	
Ilaneide Marques Souto Bezerra	
Ilani Marques Souto Araújo	
Elizabeth Oliveira de Figueiredo Cruz	
Carlos Natanael Chagas Alves	
Francisco Marcelo Alves Braga Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150825	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	295

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO PARA A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE LIBRAS

Data de aceite: 02/05/2022

Alano de Moraes Correia

Centro Universitário Inta – Uninta
Major da Polícia Militar do Ceará
Sobral, CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5823083775236483>

Flávio Pimentel Cavalcante

Centro Universitário Inta – Uninta
1º SGT da Polícia Militar do Ceará (PMCE).
Lotado atualmente no 3º BPM (SOBRAL-CE)
<http://lattes.cnpq.br/9292470242727041>
Sobral, CE, Brasil

RESUMO: O artigo intitulado “A construção de um currículo inclusivo para a formação do Policial Militar do Ceará: uma proposta de ensino de LIBRAS” tem como objeto o currículo de formação inicial da Polícia Militar do Ceará - PMCE, e por objetivo investigar a formação proposta pela Academia Estadual de Segurança Pública- AESP, a fim de verificar na matriz curricular dos cursos de formação policial das praças, a educação inclusiva; analisar o Projeto Pedagógico da Aesp; Identificar o currículo de formação das praças; conhecer o atendimento feito pelo policial militar ao deficiente auditivo; propor um currículo de formação inclusivo. Para isso, foi analisado o processo formativo à luz da matriz curricular do curso de formação da das praças da PMCE. Por meio de um questionário, foi possível constatar a deficiência na formação dos policiais quanto ao assunto abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Policial Militar; Currículo Inclusivo; Surdos; Libras.

THE CONSTRUCTION OF AN INCLUSIVE CURRICULUM FOR THE TRAINING OF THE MILITARY POLICEMAN OF CEARÁ: A PROPOSAL FOR TEACHING LIBRAS

ABSTRACT: The article entitled The construction of an inclusive curriculum for the training of the Military Police of Ceará: a proposal for teaching LIBRAS has as its object the initial training curriculum of the Military Police of Ceará - PMCE. and to investigate the training proposed by the Academia Estadual de Segurança Pública - AESP, in order to verify inclusive education in the curricular matrix of police training courses in the squares; analyze Aesp's Pedagogical Project; Identify the training curriculum of the squares; to know the service provided by the military police to the hearing impaired; propose an inclusive training curriculum. For this, the training process was analyzed in the light of the curricular matrix of the training course of das Praças da PMCE. Through a questionnaire, it was possible to verify the deficiency in the training of police officers on the subject addressed.

KEYWORDS: Military police; Inclusive Curriculum; deaf; pounds.

INTRODUÇÃO

Este artigo intitulado **A construção de um currículo inclusivo para a formação do Policial Militar do Ceará: uma proposta de**

ensino de LIBRAS¹ é fruto de uma pesquisa científica cujo objeto de estudo é o currículo de formação inicial de policiais militares do Ceará. Busca-se, portanto, nesta pesquisa, defender a ampliação curricular na perspectiva de garantir às populações surdas uma comunicação básica com os profissionais da segurança pública, em especial, os policiais militares.

Com o advento da nova Constituição Brasileira de 1988, após o período de redemocratização, as polícias militares passam por uma reforma que ressignificou sua forma de atuação, uma mudança paradigmática que as direcionou para uma ação mais estreita com a sociedade, transformando-a em uma polícia cidadã². Por esse prisma, a polícia atentou-se a observar os direitos de todos/as, sobretudo daqueles/as mais vulneráveis ou dos/as que necessitam de algum atendimento especializado. É nesse grupo que se encaixam as populações surdas.

Dessa forma, para que os direitos dessas pessoas sejam assegurados, bem como o serviço público prestado alcance a estimada efetividade e inclusão, é preciso dois movimentos. O primeiro é institucional, o que significa que, nomeadamente, a Academia Estadual de Segurança Pública-AESP³ assuma um currículo inclusivo, que possibilite a formação dos/as seus/suas profissionais; Por outro lado, o segundo movimento é pessoal, ou seja, é preciso que estes/as estejam receptivos/as e conscientes para se capacitarem.

Incomodados com as questões decorrentes das reflexões elencadas, fomos construindo alguns questionamentos que nortearam este processo investigativo: Como é tratada a educação inclusiva na matriz curricular do curso de formação profissional de segurança pública? Os policiais militares cearenses estão sendo capacitados para atuar juntos às pessoas com deficiência auditiva? Como acontece o atendimento à comunidade surda pelos policiais militares?

Destarte, longe de exaurir o tema de relevante interesse social, o presente trabalho buscou investigar o currículo formativo proposto pela Academia Estadual de Segurança Pública- AESP, a fim de verificar, na matriz curricular dos cursos de formação policial das praças, a educação inclusiva. Em busca de atender esta diretriz, tomamos como objetivos específicos: analisar o Projeto Pedagógico da Aesp; identificar o currículo de formação das praças; conhecer o atendimento feito pelo/a policial militar ao deficiente auditivo; propor um currículo de formação inclusivo.

Para tanto, o presente trabalho está organizado em quatro tópicos: introdução; conhecendo o objeto de estudo: a trilha metodológica; educação inclusiva, elementos para pensar em uma polícia cidadã; matriz curricular e a formação do policial militar: a matriz curricular da AESP; e por fim, as considerações finais, em que propomos a inclusão da

1 Ao longo do texto o termo Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será escrito em letra minúscula.

2 Conceito aplicado às polícias após o período de redemocratização. Tem como enfoque a proteção da cidadania e dos direitos individuais e coletivos. Para saber mais, conferir em <https://jus.com.br/artigos/28125>.

3 Criada pela lei nº 14.629/10 a Academia Estadual de Segurança Pública é um órgão vinculado à Secretaria de Segurança do Estado, cuja finalidade é a formação inicial e continuada de todos os profissionais que integram o sistema de segurança pública. Para saber mais, conferir <https://www.aesp.ce.gov.br/institucional/sobre/>.

disciplina de fundamentos básicos de Libras.

METODOLOGIA

O percurso metodológico foi trilhado a partir da pesquisa bibliográfica, em que buscamos identificar as produções científicas sobre a temática de nosso interesse em bases digitais acessíveis remotamente, da qual escolhemos artigos científicos hospedados na plataforma do *Google Scholar*, além de literatura específica de estudiosos da temática. Somando-se à base teórica, recorreremos à pesquisa documental para analisar as principais leis que orientam a instituição policial militar, bem como leis pertinentes.

Com esta clareza, esta investigação de caráter exploratório demonstrou-se a mais apropriada. Segundo Bastos (2015, *apud* GIL, 2002), a pesquisa exploratória visa aprimorar ideias sobre o assunto com o fito de criar maior familiaridade com o problema. Na maioria das vezes, eles acabam assumindo a forma de estudo de caso ou pesquisa bibliográfica. Optamos pelo estudo de caso como apoio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa de campo ficou parcialmente comprometida em função do estado da saúde pública provocado pela COVID-19. Com as restrições decorrentes deste contexto pandêmico, optamos por aplicar um questionário semiestruturado, a fim de conhecer a percepção dos policiais sobre a sua experiência profissional e, durante o curso de formação, acerca da educação inclusiva e atendimento à comunidade surda, com perguntas de modelo aberto e fechado. O instrumento utilizado tem formato semiestruturado e foi aplicado remotamente por via do aplicativo G-Suite da Google, precisamente Google formulário.

Conforme Severino (2017) trata-se de um conjunto de questões sistematicamente e articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião destes sobre os assuntos em estudo. Assim, o questionário foi aplicado a um universo amostral de quinze policiais. As respostas serão, em diferentes momentos deste texto, convocadas para o diálogo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva: elementos para pensar a Polícia Cidadã

Caminhar no terreno da Educação Inclusiva é fundamental para reforçarmos que sua compreensão está inteiramente imbricada com a história da exclusão social. Ao longo do processo de desenvolvimento humano, diversas culturas e sociedades interpretavam as deficiências de ordem física ou mental como um óbice para a manutenção do grupo, seja pela fragilidade que trazia consigo, seja pela crença de que estes indivíduos tivessem sido vítimas de alguma bruxaria ou possuído pelo demônio e, por isso mesmo, foram segregados ou tiveram suas vidas ceifadas (PINTOR, 2017).

Somente séculos depois, quando a ciência e a medicina avançaram consideravelmente, foi possível lançar luz a essa questão, vislumbrando aqueles com algum tipo de deficiência como seres que necessitam de tratamento especial. Apenas no final do século XX e início do século XXI que se construiu uma base legal, assegurando os direitos dessas pessoas. A Declaração de Salamanca, 1994, traz os postulados da educação inclusiva para as nações signatárias. Tratado esse ratificado pelo Brasil (MENEZES, 2001). Já a lei 13.146/2018, também conhecida pelo *nomen juris* Estatuto da Pessoa com Deficiência, traz em seu dispositivo:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2018).

A referida lei contempla de modo genérico, todas as modalidades de deficiências traçando diretrizes programáticas⁴ para o Estado. No entanto, o presente trabalho delineou-se em um grupo específico de deficientes que por suas peculiaridades acabam formando uma verdadeira comunidade: os surdos.

Conhecendo a comunidade surda: alguns esclarecimentos conceituais e legais

Estima-se que no Brasil há quase 10 milhões de pessoas com algum grau de problema auditivo e que destas cerca de 2 milhões apresentam surdez severa (IBGE, 2010), sendo 320 mil cidadãos e cidadãs cearenses. Esses números se referem a níveis diferentes de debilidade auditiva que vai de um dano mais leve ao mais severo, todavia, estes níveis não interferem na constituição dos grupos, melhor dizendo, das comunidades surdas, que se reúnem pela relação de pertencimento e, obviamente, para fortalecerem as sociabilidades e a luta.

Entende-se, portanto, “comunidade surda” como um espaço onde ocorrem trocas simbólicas em que as línguas de sinais, a experiência visual e os artefatos culturais são partilhados entre sujeitos Surdos/as (também ouvintes), ou seja, eles/as canalizando interesses afins (NAKAGAWA, 2012). Para fins legais, o decreto nº 5256/2005 instituiu o seguinte artigo:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que,

4 No constitucionalismo contemporâneo, trata-se de normas legais que compele o Estado a atingir metas e a realizar programas de governo geralmente de cunho social. O Art. 205 da CF que trata da educação é um exemplo de norma programática. Para saber mais, conferir: LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. Ed 23. Saraiva. São Paulo. 2019.

por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Esse marco regulatório foi fundamental, uma vez que permitiu reconhecer quem são as pessoas surdas e, a partir disso, estipular como a atuação estatal pode intervir para assegurar os direitos dessas pessoas. A esse grupo de pessoas que são alcançadas pelo critério legal, trazendo a surdez como um traço em comum, chamamos de população surda. Desse modo, podemos inferir que o campo conceitual do termo “população surda” é mais delimitado do que o termo “comunidade surda”, já mencionado neste trabalho.

A SEGURANÇA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR: A MATRIZ CURRICULAR DA AESP

A Polícia Militar é uma instituição permanente do Estado que está inserida no rol dos órgãos de segurança pública, como assinala o artigo 144 § 5º da Constituição Federal/1988: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 2020, art. 144). Nota-se que a Emenda Constitucional n. 01/69, com verdadeiro *status* de nova constituição, utilizava o termo “manutenção da ordem pública”.

Apesar de parecerem conceitos semelhantes, houve um verdadeiro alargamento de atribuições com o uso do termo “preservação”, já que esta apresenta um caráter duplo: preventivo, no sentido de manter a ordem pública; e repressivo, no sentido de restaurar a ordem pública ameaçada (FOUREAUX, 2019).

Para além do mandamento constitucional, a sociedade brasileira, sob os pilares que edificam o estado democrático de direito, vem impondo às instituições de segurança um novo paradigma, qual seja: a passagem de uma polícia de Estado para uma polícia cidadã. O primeiro está ligado às raízes históricas da formação do Estado brasileiro e o modelo francês de sistema policial: administração centralizada, forte hierarquização, submissão aos interesses estatais.

Com efeito, toda e qualquer mudança que ameaçasse as classes dirigentes e a burocracia estatal deveria ser rechaçada, o que tornava a polícia cada vez mais apartada da sociedade. Todavia, a redemocratização trouxe um novo horizonte para a atividade policial. Conforme Melo, Toigo e França (2004, p.8):

(...) as instituições policiais procuraram estabelecer um novo paradigma, buscar sua identidade enquanto instituição que deve proteger o cidadão e garantir a este cidadão a sua liberdade e os seus direitos, através de um protocolo vinculado a uma prática cidadã. Resgatando assim, sua função essencial, instituída em sua origem e que procura se reafirmar desde processos de reestruturação que originaram a polícia moderna, tentando

romper com as práticas abusivas.

Diante desse novo cenário, é urgente a adequação do Estado, para a propositura de uma nova polícia que, embora revestida da mesma roupagem, esteja imbuída de valores que se coadunam com o espírito do estado democrático de direito – aspiração da nossa sociedade após o regime ditatorial. Dessa forma, França (2012, p. 6) afirma que “o processo de redemocratização fez com que as instituições policiais militares implementassem mudanças voltadas precipuamente ao aprimoramento de seus profissionais”.

Tais aspirações de mudanças ficam evidentes quando o governo brasileiro consegue compilar um documento que norteie as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Trata-se da matriz nacional curricular que veremos em seguida com mais detalhes.

A matriz curricular e o projeto político-pedagógico: o currículo de formação inicial da Polícia Militar do Ceará

A matriz curricular pode ser compreendida como um documento que norteia o processo pedagógico, um referencial teórico-metodológico que direciona os processos formativos dos profissionais de segurança pública (SENASP, 2014). A atual matriz curricular pontua em seus princípios didáticos-pedagógicos a universalidade, caracterizando-a como os conceitos, doutrinas e metodologias que fazem parte do currículo das ações formativas de segurança pública e devem ser veiculadas de forma padronizada, levando-se em consideração a diversidade que caracteriza o país (SENASP, 2014, p. 39). Em relação aos objetivos, dentre os elencados pelo documento, destacamos os seguintes:

Conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais; utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública;

A Matriz Curricular Nacional, documento norteador dos cursos de formação para agentes de segurança pública, reconhece que a nação brasileira é constituída por uma sociedade plural e diversa, demonstrando que é fundamental para este profissional a habilidade de dialogar com essa pluralidade.

A importância dessa Matriz Curricular Nacional se dá porque ela define parâmetros para os cursos de formação dos agentes de segurança, ou seja, as polícias militares, cabendo às demais instituições de segurança pública tê-la como referência para elaboração das matrizes curriculares locais.

Dito isso, é necessário falar sobre o currículo, construtor fundamental no campo educacional, que reflete o conjunto de habilidades, aptidões e competências que devem orientar a formação do discente com o objetivo de torná-lo apto para exercer determinada

atividade. Contextualizando, é no currículo do curso de formação que encontraremos o rol de disciplinas ministradas, a definição de sua abrangência, bem como sua carga horária.

Para além do exposto, o currículo sofre influência de seu meio, do contexto histórico, sendo um mecanismo que muitas vezes é carregado por ideologias, não constituindo um elemento isento (JESUS, 2013). Se o currículo corporifica o curso, dando-lhe sustentação como um esqueleto sustenta o corpo humano, o que dizer do projeto político-pedagógico?

O Projeto Político Pedagógico - PPP é uma representação curricular, por isso mesmo traduz-se por um documento confeccionado pela instituição de ensino cujo objetivo é traçar como será o curso da sua admissão, funcionamento, até os critérios para concluir o curso com aproveitamento. O PPP responde-nos a pergunta: “Como?”. Seria a “alma” do curso de formação, fazendo uma alusão ao currículo que seria o corpo.

Por sua vez, o projeto-pedagógico do curso de formação profissional da Academia Estadual de Segurança Pública - AESP apregoa que fora montado uma estrutura curricular que proporcione a formação de policiais militares pautados em conhecimentos que visem à proteção social, coletiva e individual das pessoas (CEARÁ, 2015).

Dos trechos apresentados acima, podemos aferir que o Projeto Político- Pedagógico apresenta a intencionalidade de cada instituição. É a partir dele que a comunidade educativa define os objetivos a serem alcançados. Como vimos, o referido projeto pedagógico, ainda que sutil, declara um compromisso com valores de inclusão, o que nos resta avaliar se tal compromisso foi exteriorizado por meio da matriz curricular do curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de discorrermos sobre a matriz curricular, vale lembrar, para efeitos de análise, que as novas regulamentações, dentre as quais, a já mencionada, Constituição Federal/1988, que redefine a função da Polícia Militar lançando-a para uma estreita relação com a sociedade, transformando-a em uma polícia cidadã. Com esta clareza, podemos observar, no quadro seguinte, as disciplinas que compõem o curso de formação profissional regulamentada pela Portaria nº 1274/2015 GS(CEARÁ,2015). Estes eixos são agrupados por pertinência temática para praças da Polícia Militar.

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
INTEGRADOS	198
Sistema de Seg. Pública no Brasil	18
Fundamentos de psicologia das Emergências	18
Fundamentos Psicossociais do Fenômeno da Violência	18
Saúde e Segurança Aplicada ao trabalho do profissional de Segurança Pública	18
Sociedade, Ética e Cidadania	18
Ordem Unida	36
Instrução Geral	36
Português Instrumental e Redação Oficial	18
Telemática - Telecomunicações e Informática	18
JURÍDICOS	252
Introdução ao Estudo do Direito	18
Legislação e Regulamentos institucionais	36
Fundamentos de Direitos Constitucional	18
Fundamentos do Direito Administrativo	18
Fundamentos de Direito Penal	18
Fundamentos de Direito Penal Militar	18
Fundamentos de Direito Civil	18
Fundamentos de Direito Ambiental	18
Fundamentos de Direitos Humanos	36
Fundamentos de Direito Processual Penal	18
Fundamentos de Direito Processual Penal Militar	18
Legislação da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	18
ESPECÍFICOS	414
Educação física militar	54
Inteligência Policial	18
Atendimento em Emergências Médicas	18
Técnica Policial Militar	90
Polícia Comunitária	36
Isolamento e Preservação do Local do Crime e Sinistro	18
Defesa Pessoal	54
Armas e Munições Letais e Menos Letais e Equipamentos	36
Tiro policial Defensivo	54
Direção Veicular Aplicada à Ativ Policial Militar	36
COMPLEMENTARES	32
Seminário Introdutório	8
Estatuto da Criança e do Adolescente	4
Lei Maria da Penha	4
Estatuto do Torcedor	4

Diversidades Sociais e Culturais	4
Análise de Ocorrências Operacionais	4
Estatuto do Idoso	4
Prevenção ao uso de Drogas: O Papel do policial militar	8
ESTÁGIO OPERACIONAL SUPERVISIONADO	116
TOTAL	1.020

Quadro 1: Matriz Curricular do curso de formação profissional da Polícia Militar do Ceará - AESP

Fonte: Nº 1274/2015-GS, Diário Oficial do Estado do Ceará de 20/11/2015.

Como se verifica, a matriz está dividida em cinco eixos: conhecimentos integrados, conhecimentos jurídicos, conhecimentos específicos, atividades complementares e estágio supervisionado. Notadamente, as disciplinas que orbitam no universo da inclusão, no atendimento com grupos vulneráveis não alcançam 2,5% da totalidade da carga horária. Uma marca ínfima. Ademais, estas disciplinas, muitas vezes, tratam de aspectos e dispositivos jurídicos da legislação, como o estatuto do idoso, por exemplo. Também não está inserida na referida matriz curricular, disciplina específica capaz de capacitar os policiais no atendimento à comunidade surda, negligenciando diversos dispositivos legais e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Sabendo que o currículo extrapola o oficial, buscamos, por meio da aplicação de questionário, assegurar a voz dos discentes, uma vez que participam diretamente do currículo na prática. Ao escutarmos os policiais militares sobre a matriz curricular formativa, tivemos, por parte deles, certo reconhecimento de que as disciplinas inclusivas são necessárias. Para um deles/as *“A inclusão de uma disciplina de comunicação por meio de libras seria uma boa forma de inclusão entre a corporação e o público”⁵*, o que demonstra que, ao operar no cotidiano da segurança pública, os/as agentes têm se confrontado com experiências em que sujeitos/as surdos/as os/as colocam em posição de constrangimento por não conseguir estabelecer uma comunicação mínima.

Reforçando esta ideia e a evidente necessidade de inclusão curricular, os policiais consultados em pesquisa apontam questões reveladoras, conforme registram os quadros abaixo:

⁵ Resposta à questão aberta de nº 8, na qual fizemos a seguinte pergunta: Na sua opinião, o que poderia ser alterado na matriz curricular do curso de formação inicial do policial militar que o capacitasse a ser mais inclusivo?



Gráfico 1: Opinião sobre disciplinas inclusivas

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

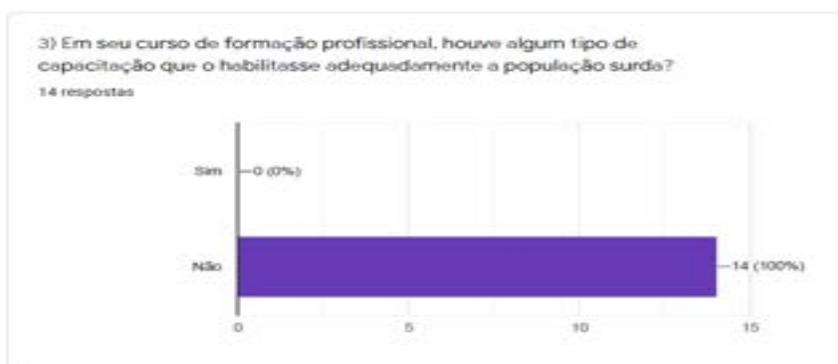


Gráfico 2: Opinião sobre capacitação profissional em Libras

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Ratifica-se o quadro da matriz curricular de formação, primeiramente pela ausência de disciplinas voltadas para o atendimento da população surda, seguida da percepção de que a ausência é notada pelos/as entrevistados/as e que a formação inicial possui uma lacuna que contraria a perspectiva de uma polícia cidadã e do próprio avanço dos debates acerca da educação inclusiva e das inúmeras ações institucionais que vêm sendo construídas, buscando, certamente, adequar os currículos para melhor formar seus quadros e, conseqüentemente, atender a todos/as com o mesmo padrão de eficiência dos serviços prestados.

Esta inabilitação patente provocada pelo déficit na formação profissional gera reflexos na vida do/a policial, tendo em vista que, como dito alhures, a população surda é numerosa e dessa forma não é rara a possibilidade deste profissional ter que interagir com um/a surdo/a.

Perguntados sobre essa possibilidade (item nº 4 do questionário), mais da metade

dos/as entrevistados/as afirmaram ter tido essa necessidade. Merece destaque o relato de um/a dos/as respondentes: *“Tive dificuldade, lembro que eram vários surdos e eu queria orientá-los a não estacionar no canteiro de uma via por ser proibido. No final deu certo, mas a comunicação só foi possível porque apareceu uma pessoa para nos auxiliar com eles”*.

Por fim, um dado importante que deve ser ressaltado é o fato de todos/as os/as entrevistados/as considerarem a inclusão do ensino de Libras na formação policial como algo importante ou muito importante (item nº 7). Esse fato só realça a urgência da mudança em relação aos ajustes na matriz curricular.

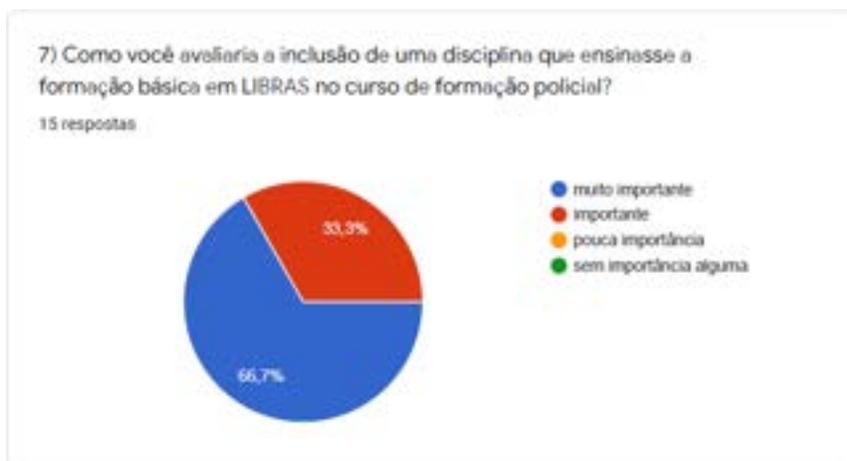


Gráfico 3: Opinião sobre a inclusão de uma disciplina de Libras

Fonte: o próprio autor

Reconhecer que aprender a língua de Libras é imprescindível para a comunicação dos/as agentes de segurança pública reforça a sua importância e a urgência de se repensar o currículo de formação das praças do Estado do Ceará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não teve a pretensão de exaurir um assunto tão importante, pelo contrário, seu escopo é trazer uma inquietação sobre a temática que passa, muitas vezes, por olhares absortos.

A primazia do direito encontra-se na dignidade da pessoa humana, que é concebida como verdadeiro valor-fonte de qualquer estado democrático de direito. Com isso, percebe-se que a inclusão social deve ser um imperativo presente em toda sociedade, sobretudo no serviço público. Tal perspectiva aparece com relevo especial quando tratamos da atuação dos policiais militares.

A Polícia Militar, sob a égide de polícia - cidadã, deve adequar a instituição para prestar

um serviço de qualidade e, posto que universal, amparando a todos/as, precipuamente, àqueles que necessitam de algum atendimento especializado.

A partir da premissa de que a atividade policial perpassa, necessariamente, por relações interpessoais e, considerando o fato de que entre o universo amostral dos entrevistados mais de 90% não se consideram aptos a atender a ocorrências envolvendo pessoas surdas (item nº 6), compreende-se a necessidade de realizar mudanças na matriz curricular do curso de formação profissional para a Polícia Militar. Ousamos, por conseguinte, propor uma disciplina que se coaduna com as boas práticas do ensino da AESP e vai ao encontro dos referenciais legais do ensino, como a Lei de Diretrizes Básicas - LDB e Matriz Curricular da SENASP. Ambas reconhecem a importância de uma formação humana mais inclusiva.

Compreendendo que o espírito do nosso tempo alberga as políticas públicas voltadas para a inclusão, muitos parlamentares se sensibilizaram com a causa e criaram projetos de lei com essa aspiração. Entre esses projetos destacamos a PL 5.961/2019 (BRASIL, 2020) de autoria da senadora Zenaide Maia do Rio Grande Norte, que busca introduzir o ensino de Libras no currículo escolar do ensino fundamental e médio promovendo uma inclusão mais efetiva.

É oportuno que o processo formativo dos policiais assuma esse compromisso com a inclusão. Necessário se faz que o órgão máximo do ensino, no que concerne à segurança pública, a AESP, a inserção de uma disciplina que capacite o policial militar a estabelecer uma comunicação básica com as pessoas surdas. Diante disso, verificamos as duas ementas que tratam do ensino básicos em libras nos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), sobre os quais podemos fazer apontamentos básicos que não podem ser olvidados de uma disciplina por meio da qual se pretende adquirir conhecimentos para uma comunicação com os/as surdos/as: aspectos históricos e culturais dos surdos e da Libras; alfabeto datilológico e números; configuração das mãos e pontos de articulação; legislação pertinente.

Além desses tópicos fundamentais para compreensão do assunto, sugerimos ainda que na composição curricular para o ensino de libras no curso de formação inicial das praças a inserção de vocabulário usual da prática do policial militar. Obviamente, não temos a pretensão de aqui formatar toda a disciplina, atribuição da qual não temos a competência. Trata-se apenas de nortear, mostrando os assuntos mais relevantes e pertinentes.

Ademais, é preciso acrescentar que as condições sanitárias no contexto da pandemia limitaram a estratégia metodológica deste trabalho, uma vez que as restrições de sociabilidade não permitiram o contato direto com a comunidade surda. As aulas, por exemplo, nas escolas voltadas para os/as surdos/as estavam suspensas durante o desenvolvimento deste trabalho, o que não permitiu introduzir o lugar de fala da pessoa surda. Outrossim, somos cômicos de que esse trabalho deve ser desenvolvido com um estudo mais acurado, com um lastro de tempo maior para uma pesquisa mais sedimentada,

em um momento oportuno.

Todavia, entendemos este trabalho como uma semente que possa fecundar e produzir bons frutos. Acreditamos que a AESP, que já nasceu sob o signo da inovação e da transformação no ensino em segurança pública, possa envidar esforços na formação mais humana e inclusiva dos policiais militares. Essa é uma conquista em que todos ganham: a Aesp pelo pioneirismo que o tema trará à baila; a Polícia Militar, cujo empoderamento e protagonismo social ajudaria a alavancar sua imagem, já um tanto desgastada perante a sociedade; e toda a comunidade, pois este novo policial estaria mais comprometido em preservar os valores da dignidade da pessoa humana e da cidadania. Valores estes que estariam em conformidade com o conceito de polícia cidadã.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo-RS, CAPEC, Paster Editora, 1998.

BASTOS, Maria Clotilde Pires. **Metodologia Científica**. Londrina-PR: Editora e distribuidora Educacional S/A, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal**, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf?utm_source=Facebook&utm_medium=MídiasSociaisSenado. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. In: BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Base da Legislação Federal do Brasil. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. IBGE. **População com deficiência auditiva no Ceará e no Brasil**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425#resultado>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº13.146/2015, de 06 de Julho de 2015**. Dispõe sobre o Estatuto da pessoa com deficiência. In: BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Base da Legislação Federal do Brasil. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça/SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Disponível em: https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 25 set. 2010.

BRASIL. Senado Federal. **PL nº 5961/2019 trata da inclusão da Libras na matriz curricular do ensino fundamental e médio**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/projeto-de-lei-inclui-libras-no-curriculo-escolar-para-todos-os-estudantes#:~:text=Para%20tornar%20mais%20efetiva%20a,do%20ensino%20fundamental%20e%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Universidade Federal do Ceará. **Ementa da Disciplina Língua Brasileira de Sinais - Libras** do curso de Pedagogia. Fortaleza-CE.

CEARÁ. **Portaria nº 1274/2015 GS**. Atualiza a Matriz Curricular dos Cursos de formação profissional e continuada da academia estadual de segurança – AESP/CE. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20151120/do20151120p02.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

CEARÁ. Academia Estadual de Segurança Pública. **Projeto Pedagógico do curso de formação para carreira de praças da polícia militar do Ceará- CFPCP/PMCE**. Fortaleza-CE, 2015.

FOUREAUX, Rodrigo. **Segurança Pública**. Salvador-BA: Editora Juspodivm, 2019.

FRANÇA, Adriana Aparecida; MELLO, Milena Deganutti; TOIGO, Marceu Dornelles. A percepção da comunidade sobre a Polícia Militar de Marília-SP. Marília-SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **Segurança Pública e a formação policial militar**: os direitos humanos como estratégia de controle institucional. *Estud. Social. Araraquara*, v.17, n.33, p.447-469, 2012.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação**: conceito e questões no contexto educacional. São Paulo-SP: Uel-PUC-SP, 2013.

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis Sillva; FILHO, Oswaldo Muntel (Org.). **Sonho de uma polícia cidadã**: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: Nibrahc, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 16 out. 2020.

NAKAGAWA, Hugo Eijilbanhes. **Culturas surdas**: o que se vê, o que se ouve. Universidade de Lisboa. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/12428313.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINTOR, Nelma Alves Marques. **Educação inclusiva**. 1. ed. Rio de Janeiro-RJ: Estácio, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educação

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

educação

impacto

contexto

ensino

reflexão

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

educacional

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  @atenaeditora
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

Volume II